



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 383/2013

Autoriza a instituição da E-Paraná
Comunicação, conforme especifica.

TÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º Fica autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

§ 1º O exercício financeiro da E-Paraná Comunicação coincide com o ano civil.

§ 2º A E-Paraná Comunicação reger-se-á por essa Lei e por seu Estatuto.

Art. 2º A E-Paraná Comunicação, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Comunicação Social, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão.

TÍTULO II DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º A entidade visa atender ao interesse público e prover a comunidade com a criação, produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Art. 4º São objetivos da E-Paraná Comunicação:

I - criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da *internet*;

II - criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

III - prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;

IV - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A E-Paraná Comunicação terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º O Conselho de Administração, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de controle, é composto por sete membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, conforme a seguir:

- I – o Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;
- II – um representante da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS;
- III - um representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED;
- IV - um representante da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC;
- V - um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI;
- VI – um representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná – SIAPAR;
- VII – um representante do Fórum das Entidades Culturais Curitiba.

§ 1º Os membros que compõem o Conselho de Administração poderão ser substituídos nas suas faltas e impedimentos por suplentes indicados pelos titulares das respectivas entidades ou órgãos representados nesse Conselho.

§ 2º O Conselho de Administração terá como Presidente o Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação, a quem caberá o exercício do voto de qualidade.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração o exercício das seguintes atribuições:

- a) aprovar o Estatuto da E-Paraná Comunicação, que será submetido à homologação do Governador do Estado;

- b) aprovar o seu Regimento Interno;
- c) estabelecer diretrizes, políticas e metas e apreciar sua execução;
- d) analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;
- e) aprovar o orçamento econômico e financeiro;
- f) aprovar Planos de Cargos e Salários;
- g) aprovar o Regulamento de Compras e Serviços;
- h) deliberar sobre casos omissos nesta Lei e no Estatuto.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor-Presidente e dois Diretores-Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob a indicação do Conselho de Administração.

Art. 9º O detalhamento das atribuições e das competências específicas e do funcionamento da Diretoria Executiva será estabelecido no Estatuto da entidade.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 10. O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e três membros suplentes, não remunerados, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica e experiência na área ou em outra área afim, assim indicados :

- I – um efetivo e um suplente pelo Governador do Estado;
- II – um efetivo e um suplente pelo Conselho de Administração da entidade;

III – um efetivo e um suplente pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 11. Ao Conselho Fiscal compete:

I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o Balanço e as Contas Anuais da Instituição, assim como sobre os demais documentos contábeis e financeiros, encaminhando-os ao Conselho de Administração para deliberação;

II - opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;

III - comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, justificadamente, a contratação de perito independente.

TÍTULO III DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 12. O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar contrato de gestão com a Administração Pública do Estado do Paraná.

TÍTULO IV DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 13. A E-Paraná Comunicação contará com um plano próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante teste seletivo.

TÍTULO V DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 14. Constituem receitas da E-Paraná Comunicação:

I - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

II - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos da E-Paraná Comunicação no mercado financeiro e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais de qualquer natureza, atendida a legislação vigente;

IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;

V - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado;

VI - outras rendas eventuais e outros recursos que venham a lhe ser destinados.

Art. 15. A E-Paraná Comunicação poderá receber transferências voluntárias, recursos de fundos especiais de pesquisa e tecnologia, de bolsas de pesquisa e de outros repasses de verbas públicas para a consecução de seus objetivos.

Art. 16. A E-Paraná Comunicação poderá receber doações de bens móveis e imóveis e firmar convênios, acordos, contratos de gestão com outros Países, com a União, Estados e Municípios, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 17. Ocorrendo a dissolução da entidade, seus bens móveis e imóveis serão transferidos ao patrimônio do Estado e seus recursos ao Tesouro do Estado do Paraná.

TÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. Os recursos públicos geridos pela E-Paraná Comunicação e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no art. 71 da Constituição Federal e no art. 75 da Constituição do Estado do Paraná.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. A E-Paraná Comunicação será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); servindo como recurso qualquer das formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

Art. 20. A E-Paraná Comunicação poderá estabelecer parcerias, consórcios, convênios, contratos, acordos e ajustes com pessoas naturais e empresárias, nacionais e internacionais, com a finalidade de realizar seus objetivos.

Art. 21. A E-Paraná Comunicação destinará a totalidade de seus resultados líquidos apurados contabilmente para o desenvolvimento dos seus objetivos e atividades, sendo vedada a distribuição ou rateio de dividendos entre seus empregados e membros da Diretoria.

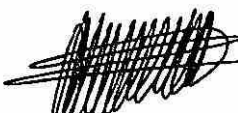
Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

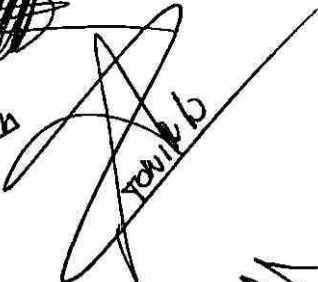
Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.




ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
MEND LIND



TONIL B



Peter Eason



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 407/2013

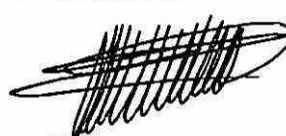
Denomina Antônio Yoshio Kishino o viaduto localizado na Rodovia PR-445 que liga os Municípios de Londrina e Cambé.


Art. 1º Fica denominado Antônio Yoshio Kishino o viaduto localizado na Rodovia PR-445, que liga os Municípios de Londrina e Cambé, no cruzamento da Avenida Harry Prochet com a Avenida dos Expedicionários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
humberto Linares


Relator
Roberto Carlos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 461/2013

Transfere as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Art. 1º As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, fiscal e próprio da Administração Direta e Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, observados os princípios estabelecidos pela Constituição, pela legislação aplicada, inclusive as definidas abaixo:

I - a alocação de recursos públicos nos projetos e atividades orçamentárias;

II – a análise e compatibilização das propostas setoriais de orçamento, consolidando-as no orçamento anual, em observância ao disposto no Plano Plurianual;

III - o estabelecimento de normas e de procedimentos orçamentários que assegurem a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos entre as atividades governamentais;

IV – a orientação aos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos;

V - o acompanhamento da execução orçamentária disciplinando a distribuição de créditos aos órgãos, face aos planos e programas de trabalho e de conformidade com os elementos de natureza financeira;

VI - a identificação de fontes e análise de recursos financeiros mobilizáveis para execução de planos e programas do Poder Executivo estadual, em observância ao disposto no Plano Plurianual;

VII - o acompanhamento e o controle da execução física e financeira do orçamento anual em articulação com as unidades do Sistema Estadual de Planejamento;

VIII - a elaboração da programação orçamentário-financeira dos recursos do tesouro estadual;

IX - a determinação dos limites de capacidade de empenho para as Secretarias de Estado e entidades vinculadas;

X - a interação e atuação conjunta com as demais unidades da Secretaria sempre que a necessidade administrativa exigir;

XI - a elaboração de parecer e realização de análise técnica sobre matéria que apresentar implicações orçamentárias e/ou financeiras;

XII - a realização de estudos e análise de conveniência em conjunto com o órgão envolvido para a constituição, alteração ou extinção de fundos especiais;

XIII - a participação e o acompanhamento da instituição e das atividades dos fundos estaduais;

XIV - o monitoramento e a avaliação da execução dos fundos estaduais, analisando sistematicamente os resultados parciais e globais;

XV - o desempenho de outras atribuições correlatas com ações de natureza orçamentária/financeira.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir ou alterar atribuições relativas às ações orçamentárias dos Grupos de Planejamento Setorial de que tratam os arts. 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferi-las, no que couber, às unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda.

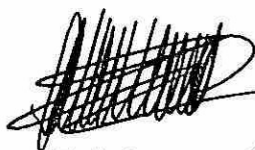
Art. 3º Ao Chefe do Poder Executivo cabe a reponsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais, funcionais e administrativos necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 6º da Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.



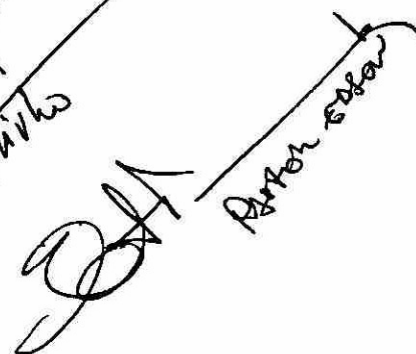
ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
Hera Lira



Paulo



Antônio Carlos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 552/2013

Extingue a Secretaria de Estado do Esporte e a Secretaria de Estado do Turismo, e cria a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, bem como extingue a Coordenação de Controle Interno, e cria a Controladoria Geral do Estado – CGE, incluindo as competências da Corregedoria e da Ouvidoria Geral.

Art. 1º Fica extinta a Secretaria de Estado do Turismo, criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, e a Secretaria de Estado do Esporte, criada pela Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo - SEET, tendo por finalidade:

I- planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;

II- o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;

III- o cumprimento da legislação esportiva;

IV- as atividades relativas à definição, à proposição e à implantação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção;

V- a normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social;

VI- a articulação com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e internacionais do âmbito de sua área de atuação;

VII- o estímulo e a elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência;

VIII- o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 3º Incumbe à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo coordenar as ações que envolvem a estratégia relativa a eventos esportivos e afins, de âmbito regional, nacional e internacional, funcionando como órgão centralizador das informações no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com a regulamentação definida em decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE, a Paraná Turismo e o Centro de Convenções de Curitiba, autarquias estaduais, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 5º Fica extinta a Coordenação de Controle Interno, instituída pela Lei nº 15.524, de 05 de junho de 2007.

Art. 6º Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Controladoria Geral do Estado – CGE, vinculada diretamente ao Governador do Estado, tendo por finalidade:

I - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades de controle interno do Poder Executivo Estadual;

II - o estímulo à obediência as normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamento, estatutos e regimentos;

III - o acompanhamento sobre a observância pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;

IV - a realização de inspeções e auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;

V - a fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela Administração Pública Estadual;

VI - a investigação de fatos tidos como irregularidades no âmbito do Poder Executivo Estadual, respeitada a legislação das carreiras regidas por leis especiais;

VII - o recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas que lhe forem dirigidas, em especial à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público estadual, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos pertinentes aos Órgãos e Entidades respectivos;

VIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

§ 1º A Controladoria Geral do Estado encaminhará à Procuradoria Geral do Estado os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele Órgão, bem como provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas do Estado, e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Ministério Público do Estado, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

§ 2º O assessoramento e a consultoria jurídica à Controladoria Geral do Estado serão prestados pela Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 7º Ficam transferidos para a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo os seguintes cargos de provimento em comissão:

I – da extinta Secretaria de Estado do Esporte:

a) um cargo de Secretário de Estado;

DAS-1;

- b) um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo
- c) três cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2;
- d) três cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-2;
- e) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;
- f) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4;
- g) sete cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5;
- h) um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- i) sete cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;
- j) doze cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C; e
- k) nove cargos de Assistente, símbolo 2-C.

II – da Secretaria de Estado de Governo:

- a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- b) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;
- c) três cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;
- d) um cargo de Assistente, símbolo 3-C;
- e) um cargo de Assistente, símbolo 4-C;
- f) um cargo de Assistente, símbolo 5-C; e
- g) um cargo de Assistente, símbolo 15-C.

III – da extinta Secretaria de Estado do Turismo:

- a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- b) dois cargos de Coordenador, símbolo DAS-5;
- c) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;
- d) um cargo de Assistente, símbolo 2-C; e
- e) um cargo de Assistente, símbolo 6-C.

IV – fica transformado um cargo de Secretário de Estado da extinta Secretaria de Estado do Turismo, em dois cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-1.

Art. 8º Ficam transferidos da Secretaria de Estado de Governo para a Controladoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - dois cargos de Assessor, símbolo DAS-3;

II - sete cargos de Assessor, símbolo DAS-4;

III - cinco cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

IV - três cargos de Assistente, símbolo 1-C;

V - dois cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;

VI - um cargo de Assessor, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;

VII - dois cargos de Assistente, símbolo 2-C;

VIII - dois cargos de Assistente, símbolo 8-C;

IX - um cargo de Assistente, símbolo 10-C; e

X - um cargo de Assistente, símbolo 14-C.

Art. 9º Ficam transferidos para a Controladoria Geral do Estado, da extinta Secretaria de Estado do Turismo, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1, alterando-se a denominação para Diretor Geral de Controladoria; e

II - um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5.

Art. 10. Fica extinto o cargo de Secretário de Controle Interno, símbolo AE-1, da Governadoria e criado o cargo de Controlador Geral do Estado, na simbologia A-1.

§ 1º O Controlador Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, será escolhido por essa autoridade dentre pessoas de notório saber e reputação ilibada.

§ 2º São asseguradas ao Controlador Geral do Estado as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado.

Art. 11. O art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passa a denominar-se PARANÁ PROJETOS, tendo como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do desenvolvimento do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional.

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura organizacional do PARANÁ PROJETOS e de suas atribuições será estabelecido no Estatuto da entidade, sendo declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários.”

Art. 12. O art. 2º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º No cumprimento de suas finalidades o PARANÁ PROJETOS tem os seguintes objetivos:

I - elaborar projetos inovadores segundo parâmetros de sustentabilidade e interatividade da ação governamental, que viabilizem o desenvolvimento estadual integrado, observadas as diretrizes governamentais para a área;

II - desenvolver estudos e elaborar projetos técnicos voltados à implantação de iniciativas e ações planejadas, visando à redução das desigualdades locais e regionais em relação aos referenciais de desenvolvimento sustentável desejados pelo Governo do Estado;

III - fornecer o apoio e orientação especializada aos órgãos e entidades governamentais no desempenho de suas atividades relacionadas ao estudo e a elaboração de projetos;

IV - buscar, de forma permanente, recursos técnicos inovadores a serem aplicados na realização de suas atividades;

V - firmar convênios, acordos ou ajustes com os municípios bem como com pessoas físicas ou jurídicas, para prestar serviços relacionados à elaboração e implementação de projetos públicos que viabilizem o desenvolvimento local e regional."

Art. 13. O art. 3º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O PARANÁ PROJETOS se vincula, por cooperação, à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, que terá a incumbência de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e, em conformidade com o Contrato de Gestão que o Estado subscrever na forma da Lei."

Art. 14. O art. 5º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS será composto por dez membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.”

Art. 15. Fica incluído o parágrafo único no art. 5º da Lei nº 12.215, de 1998, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS serão estabelecidos em seu Estatuto.”

Art. 16. O art. 7º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando revogado o seu parágrafo único:

“Art. 7º A Diretoria Executiva é o órgão executivo do PARANÁ PROJETOS, cabendo-lhe implementar as determinações e orientações do Conselho de Administração e será composta por três membros, sendo um Superintendente e dois diretores auxiliares, nomeados pelo Governador do Estado, com as atribuições definidas no seu Estatuto.”

Art. 17. O art. 9º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Gestão com o PARANÁ PROJETOS”.

§ 1º O Contrato de Gestão para os efeitos desta Lei é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e o PARANÁ PROJETOS, por intermédio de seus representantes legais.

§ 2º O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, órgão supervisor, e o PARANÁ PROJETOS, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução das atividades relacionadas no art. 2º desta Lei.

§ 3º O Contrato de Gestão será firmado em até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei.

§ 4º Na elaboração do Contrato de Gestão, deve ser assegurada a plena autonomia técnica, administrativa e financeira da entidade, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as metas a serem atingidas, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da entidade, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho;

II - permitir à Diretoria Executiva contratar, administrar e dispensar recursos humanos para todas as atividades da entidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como, de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços, mediante procedimentos licitatórios simplificados;

IV - fixar as condições de remuneração e de repasse de receitas financeiras da entidade.

§ 5º O PARANA PROJETOS fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

§ 6º O Contrato de Gestão, que terá prazo de vinte anos, poderá ser modificado no curso de sua execução, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão."

Art. 18. Os *caputs* dos arts. 4º, 8º, 10, 12, 14, 15 e 17 da Lei nº 12.215, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A direção superior da PARANÁ PROJETOS é constituída, respectivamente:

Art. 8º O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da PARANÁ PROJETOS, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

Art. 10. A PARANÁ PROJETOS, fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais, inclusive tributários.

Art. 12. A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional fica dispensada de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a PARANÁ PROJETOS, para atividades contempladas no Contrato de Gestão.

Art. 14. Constituem receitas da PARANÁ PROJETOS:

Art. 15. As ações da PARANÁ PROJETOS, compreendendo todas as atividades técnicas e administrativas atinentes aos programas, planos, projetos, produtos e serviços sob sua responsabilidade, serão exercidas e por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas observada a legislação pertinente.

Art. 17. Em caso de extinção da PARANÁ PROJETOS, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná e/ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados."

Art. 19. O *caput* e § 1º do art. 13 e o *caput* e inciso III do art. 16, da Lei nº 12.215, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. As contas da PARANÁ PROJETOS serão julgadas pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º A PARANÁ PROJETOS, encaminhará, anualmente, para a Assembleia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação

de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 9º.

Art. 16. O patrimônio da PARANÁ PROJETOS será constituído:

(...)

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar à PARANÁ PROJETOS."

Art. 20. As ações em execução pelo serviço social autônomo ECOPARANÁ permanecem sendo executados pelo PARANÁ PROJETOS, até a efetivação do contrato de gestão com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 21. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder à readequação e os ajustes necessários decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e à carga patrimonial.

Art. 22. Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, em execução pela Secretaria de Estado do Esporte e pela Secretaria de Estado do Turismo, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 23. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos Órgãos e Entidades, necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 24. Tendo em vista a necessidade de não haver solução de continuidade das atividades exercidas pelos órgãos e entidades citadas nesta Lei, sua execução orçamentária-financeira no exercício de 2013 será realizado de acordo com a estrutura estabelecida na Lei nº 17.398, de 17 de dezembro de 2012.

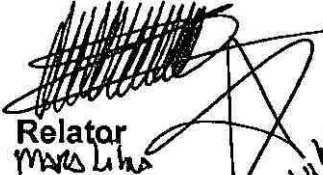
Art. 25. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a alterar a denominação dos cargos de provimento em comissão citados nesta Lei, para possibilitar a implementação dos seus dispositivos.


Art. 26. Fica revogado o art. 6º da Lei nº 12.215, de 1998.

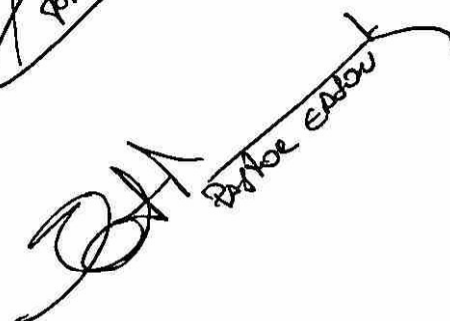
Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
MARC LIMA


PHELIX


DOUTOR ESTOU



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Súmula: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN autorizado a efetuar a doação do imóvel dos lotes de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A-1; 296-A-3; 296-A-5; 296-C; 296-A-4/Remanescentes-B-"A" e B-"B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737 do Serviço Registral Imobiliário – 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul."

Art. 2º O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº089 /2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

A presente proposta justifica-se pelo fato de o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, autarquia com personalidade de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, figurar, atualmente, como titular do imóvel em questão.

Na atual redação dos dispositivos cuja nova redação é proposta, há conflito com a titularidade de propriedade do imóvel (DETRAN/PR), pois os mesmos autorizam "o Estado do Paraná" a efetuar a doação pretendida, impossibilitando, conseqüentemente, a nova escrituração do referido bem.

Pelo exposto é que submeto à apreciação dessa Casa de Lei o anexo Anteprojeto com o objetivo de corrigir tal fato.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.907.060-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



14:27 09/09/2013 007780 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Lei nº. 17.634

Data 26 de julho de 2012.

Súmula Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jandaia do Sul, do lote de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A1; 296-A3; 296-A5; 296-C; 296-A4/Remanescentes-B "A" e B "B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737, registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

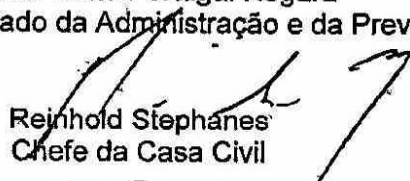
Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel também retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de julho de 2013.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nôga
Secretária de Estado da Administração e da Previdência


Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil


Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 399/2013

Projeto de Lei nº 399/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 89/2013

***Súmula:** Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.*

EMENTA: ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI N. 17634/2013. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 89/2013, visa alterar dispositivos que especifica na Lei 17634/2013, a fim de lhe conferir a correta técnica legislativa, eis que a titularidade da propriedade do referido imóvel é do DETRAN-PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Constituição e Justiça



Pä

9

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado CAITO QUINTANA

Relator

PROVADO

1109113

Dr. Laurion

~~Dep-Schneider~~

Dep. Pulm. m.

Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº399/2013

Projeto de Lei nº 399/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 089/2013

Súmula: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de Julho de 2013.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 399/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 089/2013, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei 17.634, de 26 de Julho de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná. A proposição altera o item que autoriza especificamente o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao Município de Jandaia do Sul e a receber novamente a área doada, em caso de destinação diversa. Porém, o imóvel destinado não pertencia ao Poder Executivo e sim ao Departamento de Transito do Paraná –DETRAN, razão pela qual sugere-se a presente alteração.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 399/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná, com a alteração de dispositivos da lei nº 17.634 de 26 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo a realizar a doação de imóvel ao Município de Jandaia do Sul. Porém, a área descrita de forma específica no Projeto de Lei, não pertence ao Poder Executivo e sim ao Departamento Nacional de Transito – Detran, esta proposição vem apenas corrigir esta afirmação, permitindo que a Lei autorize o DETRAN a realizar a doação do referido imóvel e ao mesmo tempo que possa ser o órgão receptor desta área, em caso de destinação diversa, conforme exposto em cláusula de inalienabilidade. Esta alteração permite



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



apenas regularizar a doação deste imóvel, sem prejudicar sua utilização destinada especificamente ao serviço público municipal. Este processo fortalecerá de forma direta o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, para que este imóvel possa ser utilizado sem problemas futuros, sempre em prol da necessidade específica de toda a população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 399/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 089/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 399/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Caíto Quintana, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jandaia do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido Projeto de Lei 399/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 23 de setembro de 2013.*

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Jonas Guimarães

Teruo Kato
TERUO KATO
Relator

Elton Welter

Pastor Edson Praczyk

Tercílio Turini

Adelino Ribeiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 01

21 OUT. 2013

DAP

Visto

Claudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 399/2013



Altera a redação do art. 1º do
Projeto de Lei nº 399/2013

Com fulcro no disposto no art. 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, modifica-se a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 399/2013, o qual passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR autorizado a efetuar a doação do imóvel dos lotes de terras urbanos sob nºs 296-A, 296-A-1, 296-A-3, 296-A-5, 296-C, 296-A-4/Remanescentes B-"A" e B-"B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737 do Serviço Registral Imobiliário – 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul, para o Município de Jandaia do Sul".

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

Ademar Traiano
Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

ASB
PASCAR

LUZ
LUDION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 399/2013

Projeto de Lei nº 399/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 89/2013

Súmula: *Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.*

EMENTA: ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI N. 17634/2013. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 89/2013, visa alterar dispositivos que especifica na Lei 17634/2013, a fim de lhe conferir a correta técnica legislativa, tal que a titularidade da propriedade do referido imóvel e do DETRAN-PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION
PRESIDENTE em exercício


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



APROVADO

29/10/2013 

Adm. Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 392/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.-L.

Em, 04 SET, 2013

1º Secretário

Súmula: Denomina Viaduto Amélia
Barbosa Lopes, o Viaduto
localizado na PR 445, com a BR
369, que liga os Municípios de
Londrina e Cambé.

Art. 1º Fica denominado Viaduto Amélia Barbosa Lopes, o Viaduto da
PR 445, com a PR 369, que liga os Municípios de Londrina e Cambé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 03 de setembro de 2013.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar Amélia Barbosa Lopes, o Viaduto situado na PR 445, com a BR 369, que liga os Municípios de Londrina e Cambé, ambos situados no Estado do Paraná.

O referido viaduto ainda não possui denominação alguma e está localizado na divisa do Município de Londrina com Cambé.

Amélia Barbosa Lopes nasceu em 10 de maio de 1919, na Cidade de Serra Negra, no Estado de São Paulo, filha de Manoel Barbosa Filho e Rita P. da Conceição. Seu pai, produtor de café, decidiu vender sua propriedade rural após a crise de 1929 e mudar-se para o Município de Londrina com sua família em 1932, após ouvir notícias do grande projeto de colonização inglesa do norte do Paraná.

Em Londrina, o agricultor comprou um lote rural, onde mais tarde, além da cafeicultura desenvolveu a exploração das águas LonRita. Comprou também um lote urbano, na Avenida Paraná, no local onde está situado o Banestado do Calçadão atualmente.

Amélia Barbosa Lopes, ainda adolescente, começou a participar do coral da Igreja Matriz onde foi também a primeira catequista.

Aos 17 anos conheceu José Lopez Lopez com quem se casou em 30 de dezembro de 1936.

O casal fixou residência em Ibiporã, numa pequena casa de madeira sem água encanada e luz elétrica, ao lado da qual abriram um pequeno açougue.

Amélia e José, ainda de madrugada colocavam água para ferver no grande tacho e abatiam porcos para vender no açougue.

Com muito trabalho os negócios foram progredindo, e os filhos nascendo: Pedro, Manoel, Maria, Cláudio e José.

Amélia, esposa e mãe dedicada, cuidava dos filhos, da casa, costurava e ainda ajudava o marido nos negócios. Tanto trabalho, e determinação

resultaram em grande progresso, e após 14 anos o pequeno açougue havia se transformado em propriedade como: uma grande loja, armazéns, máquinas de beneficiar café e arroz, posto de gasolina e uma fazenda de café.

Ainda morando na pequena casa de madeira o casal decidiu voltar para Londrina, onde em 1952 mudaram-se para um prédio construído por eles na esquina das Ruas Mato Grosso e Sergipe, onde hoje está localizado o camelódromo.

Amélia Barbosa Lopes viveu em Londrina por mais de 40 anos, até o final da sua vida, no dia 14 de maio de 1993.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, prestando uma singela homenagem a essa figura tão importante para o desenvolvimento da região norte do Paraná, pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 392/2013

Projeto de Lei nº 392/2013

Autores: Deputado Tercílio Turini

Súmula: Denomina viaduto conforme específica.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE VIADUTO.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO
POSSUI DENOMINAÇÃO.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo denominar de Amélia Barbosa Lopes, o viaduto localizado na PR-445 com a BR-369, que liga os Municípios de Londrina e Cambé.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no **na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO
15.10.2013

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

4
Dep. Pastor



PROJETO DE LEI Nº 46/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 09 SET. 2013

1º Secretário

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri – Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro na Cidade de Londrina.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri – Festival da Primavera, realizada anualmente, no mês de setembro, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2013.

Antonio Carlos Belinati

Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Antonio Carlos Belinati



JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente Projeto é incluir no Calendário do Estado do Paraná, a Festividade denominada Londrina Matsuri – Festival da Primavera, a qual tem por objetivo cultivar, difundir e integrar a arte e a cultura japonesa na comunidade, principalmente por meio da música instrumental ("taiko" = instrumento de percussão tradicional japonês) e cantada, da dança ("odori"), das roupas ("yukata" = traje típico japonês feito de algodão) e decoração ("tyotim" = lanternas decorativas e "yagura" = palco especial para os músicos de "taiko"), além de uma variedade de comidas típicas orientais e acontece anualmente no mês de setembro, por ser o mês de entrada da Primavera Japonesa.

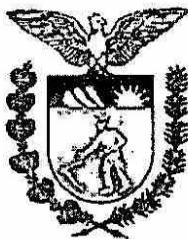
O Festival exalta o melhor da integração da cultura tradicional e contemporânea do Japão, valorizando grupos locais e trazendo convidados de renome nacional, com apresentações de dança, canto, artes marciais e instrumentos musicais.

Com a apresentação do presente projeto, estamos também reconhecendo a importância que teve para o desenvolvimento da nossa Cidade de Londrina, a contribuição oferecida pelos imigrantes Japoneses que tanto se dedicaram e continuam contribuindo para o crescimento do nosso Município, destacando que neste ano de 2013, comemora-se 105 (cento e cinco) anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Certo que o presente Projeto de Lei, terá dos Nobres Colegas, o apoio necessário, solicito aprovação.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2013.

Antonio Carlos Belinati
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 406/2013

Projeto de Lei nº: 406/2013

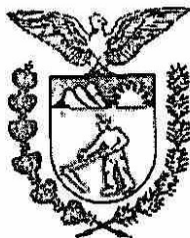
Autor: Deputado Antônio Carlos Belinati

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri – Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro na Cidade de Londrina.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO LONDRINA MATSURI. MUNICÍPIO DE LONDRINA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antônio Carlos Belinati, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri, Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro na Cidade de Londrina..



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Desta forma, verificamos que além da competência para proposição, é de responsabilidade do poder público, com a participação da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Cabe salientar, ainda, que inexistem óbices legais ao disposto na Lei Complementar n.º 95/98.




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

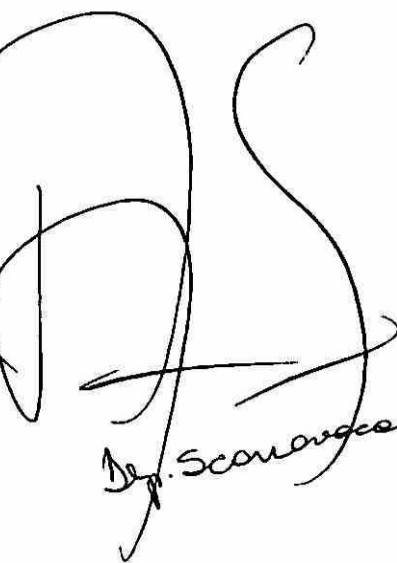


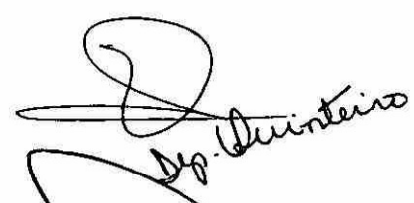
CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **legalidade e constitucionalidade**.

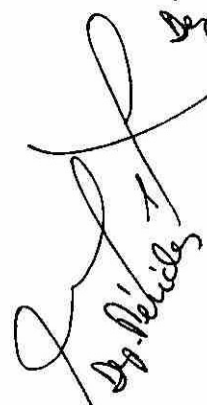
Sala das Sessões em 08/10/13



NELSON JUSTUS
Presidente



Dep. Sconce

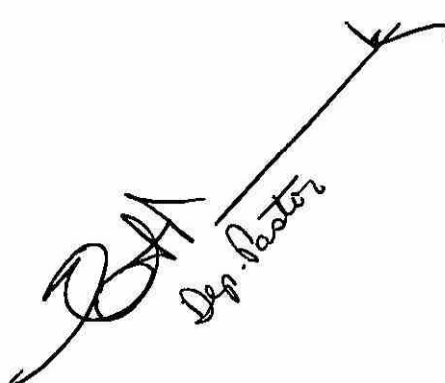

Dep. Quinteiro



Dep. Coito

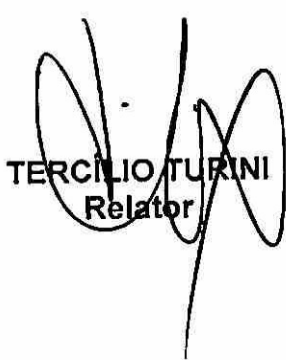

Dep. Pádua



Dep. Nereu


Dep. Carli


Dep. Pastor


Dep. Tadeu


TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO
08/10/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pércles de Mello
Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 406/2013

Autor: Deputado Estadual Antônio Carlos Belinati
Relator: Deputado Estadual Wilson Quinteiro

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri - Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro na cidade de Londrina

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir no Calendário Oficial de Eventos do nosso Estado, a Festa do Londrina Matsuri - Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro na cidade de Londrina.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tercílio Turini, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo também aprovação, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Sabendo que é papel das Comissões Permanentes pronunciarem-se, via parecer, acerca de proposições relacionadas à sua área de atuação, conforme prevê artigo 29 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e é reafirmado no artigo 30 parágrafo 2º, inciso I que prevê a manifestação desta Comissão **em todas as matérias correlatas a sua área temática**, assim passamos a expor:

Cabe a esta Comissão pronunciar-se acerca de projetos que indiquem novas comemorações de calendário cultural, calendários constituídos tradicionalmente pelas festas religiosas, civis, populares, sociais e também festas ligadas aos ciclos econômicos locais.

N



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



A data indicada pelo projeto em questão é comemorada no município de Londrina e já está em sua 11ª edição, tornando o evento um marco da celebração da cultura nipo-brasileira.

O "Londrina Matsuri" é um grande evento, que resgata por meio de shows artísticos e comidas típicas a cultura tradicional e contemporânea do Japão.

A iniciativa do projeto de lei é importante na medida em que consagra a data do Festival da Primavera - Matsuri, em nossa legislação interna e a incorpora em nosso Calendário Oficial do Estado.

Nesse contexto e diante do que expõe o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, por auxiliar diretamente a concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, apoiando e incentivando a valorização e difusão das manifestações culturais nipo-brasileiras.


III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 16 de outubro de 2013.

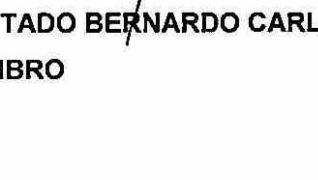

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE



- DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO CAITO QUINTANA
MEMBRO


DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO